

A economia brasileira é um sistema econômico complexo e desequilibrado, aparentemente muito difícil de ser compreendido. A teoria econômica, entretanto, permite-nos construir um modelo simplificado desta realidade e torná-la compreensível. Veremos então que a economia brasileira se constitui em um sistema, possui uma estrutura. Veremos que as relações que existem dentro dela não ocorrem ao acaso, mas obedecem a uma lógica: a lógica da acumulação capitalista.

Para construirmos esse modelo simplificado da economia brasileira, vamos usar quatro fontes principais: (1) a teoria econômica clássica de Ricardo e de Marx; (2) a teoria macroeconômica de Keynes e Kalecki; (3) as análises dos principais economistas e sociólogos brasileiros; e (4) as teorias recentes sobre o capitalismo de Estado ou capitalismo tecnoburocrático.

Por meio dessa análise, verificaremos que a economia brasileira é uma economia subdesenvolvida, mas que já deixou de ser primário-exportadora e tornou-se industrializada. O país encontra-se, então, não apenas em uma situação intermediária entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, mas, principalmente, em uma situação contraditória: é uma economia subdesenvolvida industrializada.\*

Verificaremos também que é uma economia capitalista. No início, foi uma economia capitalista mercantil-especulativa. Neste século, principalmente a partir de 1930, tornou-se uma economia capitalista industrial. Mas praticamente saltou a etapa competitiva do capitalismo industrial e tornou-se uma sociedade capitalista monopolista de Estado, caracterizada pela predominância das grandes empresas nacionais e multinacionais e do grande Estado regulador e produtor.

\* O caráter contraditório, subdesenvolvido e ao mesmo tempo industrializado, da economia brasileira é uma das idéias centrais da “teoria da dependência”, cujo livro fundamental é de Cardoso e Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969). Ver também Edmar Bacha (1973), em que ele descreveu o Brasil como uma “Belíndia” — uma mistura de Bélgica e Índia —, e Bresser Pereira (1973, 1977), que usou originalmente a expressão “subdesenvolvimento industrializado”.

Essa economia e essa sociedade subdesenvolvida mas industrializada, capitalista mas monopolista e estatal, são marcadas por enormes potencialidades e maiores desequilíbrios. A renda é extraordinariamente concentrada. Os ordenados dos altos tecnoburocratas e principalmente os lucros dos capitalistas são muito grandes, enquanto os salários dos trabalhadores são muito baixos. Por outro lado, a economia está sempre ameaçada de crise porque a inflação é muito alta, porque a tendência ao desequilíbrio de nossas contas externas é permanente, levando-nos a um endividamento crescente, e porque o orçamento do Estado está sempre em déficit.

Todos esses desequilíbrios ocorrem nos quadros de um capitalismo selvagem e freqüentemente autoritário, que obedece à lógica da acumulação e do consumo de luxo; de um capitalismo de Estado em que a tecnoburocracia é, ao mesmo tempo, a grande responsável pelo desenvolvimento e a grande co-responsável (com a burguesia) pelo autoritarismo e pelo consumismo; de um capitalismo dependente, na qual o surgimento de uma grande classe média moderna, que reproduz os padrões de consumo do centro desenvolvido, condiciona o tipo de crescimento econômico excludente próprio do modelo brasileiro de subdesenvolvimento industrializado.

É preciso assinalar, por outro lado, que esses desequilíbrios são o resultado de um processo real de desenvolvimento em que a acumulação de capital e o processo técnico estão continuamente transformando o sistema econômico, social e político brasileiro. Nos últimos cinquenta anos, especialmente, não assistimos a um mero processo de crescimento, como aconteceu no período colonial com o ciclo do açúcar e depois do ouro, mas a um processo de desenvolvimento capitalista que tende a se tornar auto-sustentado, ainda que sujeito a graves crises como a atual.

Nesse processo, apesar de toda a concentração de renda e da marginalização de uma parcela ainda ponderável da população brasileira (64,4% da população ativa recebiam até dois salários mínimos em 1980), é preciso admitir que os padrões de vida médios melhoraram, ainda que insatisfatoriamente, em termos de níveis de salário, educação, saúde, saneamento básico, esperança de vida; que a urbanização continua acelerada; que a taxa de analfabetismo, que era de 56,0% em 1940, baixou para 26,1% em 1980, e para cerca de 15% no final do século; que o número de matriculados no ensino secundário e superior aumentou muito mais rapidamente do que a população e que uma imensa camada média se formou neste país, a partir do desenvolvimento, de um lado da média burguesia proprietária e, de outro, da classe média tecnoburocrática empregada nas organizações públicas e privadas.

A economia brasileira atual é fruto de um processo histórico complexo

que necessita ser periodizado. A periodização que usaremos neste livro e que transparecerá durante toda a análise compreende dois grandes períodos: o período do capital mercantil, até 1930, e o período do capital industrial, de 1930 em diante. Não há um período pré-capitalista ou feudal. O período do capital mercantil subdivide-se em período colonial, sob a égide do capital mercantil central, até 1808, e modelo primário-exportador de subdesenvolvimento, sob o domínio do capital industrial central, de 1808 a 1930. O período do capitalismo industrial, por sua vez, divide-se em modelo de industrialização substitutiva de importações, entre 1930 e 1954, e modelo de subdesenvolvimento industrializado, que se sobrepõe à segunda fase do processo de substituição de importações, iniciando-se em torno de 1954 e consolidando-se a partir de 1964.

A periodização econômica corresponde obviamente a uma periodização política. O modelo primário-exportador ocorre nos quadros do Estado oligárquico-mercantil, em que a burguesia agrário-mercantil é a classe dominante; o modelo de substituição de importações corresponde ao Estado populista; e o modelo de subdesenvolvimento industrializado, ao Estado tecnoburocrático-capitalista, especialmente a partir de 1964. A Revolução de 1930, assim como a grande depressão dos anos 30, marca a transição do capital mercantil para o industrial e do Estado oligárquico-mercantil para a aliança de setores não-exportadores do latifúndio mercantil com a burguesia industrial, as camadas médias tecnoburocráticas e os trabalhadores urbanos nos quadros do Estado populista. O suicídio de Getúlio Vargas em 1954 foi um marco significativo para o início do modelo de subdesenvolvimento industrializado, completado no plano político pela Revolução de 1964, que marcou a aliança da burguesia industrial e mercantil com a tecnoburocracia pública e privada, civil e militar, e com as empresas multinacionais, nos quadros de um Estado autoritário tecnoburocrático-capitalista. Já a partir de 1974, entretanto, o modelo de subdesenvolvimento industrializado entra em crise. O autoritarismo tecnoburocrático-capitalista, por sua vez, entra em crise a partir de 1977, quando se inicia o processo de redemocratização do país.

É esta economia brasileira, ou, mais amplamente, é esta formação social contraditória e dinâmica que examinaremos neste livro, do ponto de vista da economia política. Nosso objeto é sempre uma economia capitalista, mas uma economia que foi mercantil e hoje é industrial, que é monopolista e estatal, mas se conserva subdesenvolvida e dependente. Essa sociedade tem sido quase sempre autoritária, mas as perspectivas imediatas de uma democracia, ainda que burguesa, são reais. Menos imediatas mas concretas são as perspectivas para o socialismo, que só voltaremos a discutir na conclusão deste trabalho.